

DE INVENTÁRIOS ÀS RELAÇÕES ENTRE A PRÁTICA TRADICIONAL E O USO LEGAL DE PLANTAS MEDICINAIS EM ASSENTAMENTOS

Thauana Paiva de Souza Gomes¹

Fábia Giz²

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante³

Resumo: O presente artigo é fruto do projeto “Inventariando ervas medicinais em assentamento: relações entre usos tradicionais e legais de interesse do SUS- Sistema Único de Saúde” financiado pelo Programa de Produtividade e Pesquisa, pelo Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto e do NUPEDOR - Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural/UNIARA. O desenvolvimento da pesquisa ocorreu nos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro, em Araraquara/SP com o objetivo de inventariar o uso popular de ervas medicinais pelos moradores segundo a RENISUS- Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS. Como metodologia, foram adotados dois momentos de trabalho: a metodologia bola de neve para identificação dos lotes participantes e, no segundo momento, visitas técnicas e observação de campo. Como resultado destacamos os inventários com as ervas produzidas nos lotes, usos e práticas de cultivo comum aos assentados, além do mapeamento dos quintais e a relação do conhecimento tradicional comparada à prática estabelecida pelo SUS. Conclui-se que a pesquisa contribuiu na busca por formação de grupos associativos para geração de trabalho e renda especialmente de mulheres e a constituição de uma OCS de um grupo de assentados e assentadas.

Palavras-chave: Usos de plantas medicinais. Assentamentos. SUS-Sistema Único de Saúde.

FROM INVENTORIES TO THE RELATIONS BETWEEN TRADITIONAL PRACTICE AND THE LEGAL USE OF MEDICINAL PLANTS IN SETTLEMENTS

Abstract: This article is the result of the project “Inventorying medicinal herbs in settlements: relationships between traditional and legal uses of interest to the SUS – Unified Health System” financed by the Productivity and Research Program by the Estácio de Ribeirão Preto University Center and the NUPEDOR- Núcleo de Rural Research and Documentation / UNIARA. The development of the research took place in the Monte Alegre and Bela Vista do Chibarro settlements, in Araraquara / SP, with the aim of inventorying the popular use of medicinal herbs by residents according to the RENISUS - National List of Medicinal Plants of Interest to SUS. As a methodology, two work moments were adopted, the snowball methodology to identify the participating lots, and, in the second moment, technical visits and field observation. As a result, we highlight the inventories with the herbs produced

¹ Mestre e doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho- UNESP, especialista em Educação do Campo e agroecologia pela UNICAMP; Professora e coordenadora dos curso de Teologia e Sociologia do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto e pesquisadora do NUPEDOR. E-mail: fabiagiz@outlook.com

² Ecóloga pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho-UNESP e pesquisadora do NUPEDOR. E-mail: thauanap@gmail.com

³ Livre docente e coordenadora do PPG- Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - UNIARA. E-mail: vbotta@techs.com.br

in the lots, uses and cultivation practices common to the settlers, in addition to the mapping of backyards and the relationship of traditional knowledge compared to the practice applicable by SUS. It is concluded that a research contributed to the search for the formation of associative groups to generate work and income, especially for women, and the constitution of a CSO of a group of settlers and settlers.

Keywords: Uses of medicinal plants. Settlements. SUS-Unified Health System.

Introdução

Os assentamentos da região de Araraquara são produto de diferentes lutas sociais e políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 30 anos, contando com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/Itesp - Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade e um do Incra - Bela Vista do Chibarro (FERRANTE *et al.*, 2002).

A área em que se encontra o assentamento Bela Vista tem sua história iniciada nas antigas terras da Usina Tamoio. Em 1905, as terras pertenciam à família Morganti e contemplavam as áreas constituídas por uma sede industrial, contabilizando um total de 5.046.795 alqueires, passando por outros proprietários até ser vendida para o grupo Silva Gordo, quando o processo de decadência da usina torna-se eminente. Esta decadência, no entanto, levou a administração do grupo Silva Gordo ao processo de falência e não pagamento das dívidas trabalhistas (GOMES, 2010, 2011).

Em 1988, as terras da antiga fazenda foram loteadas em 176 lotes que possuem hoje, um total de 203 famílias em uma área de 3.427 hectares, segundo o INCRA. Algumas permanecem desde a constituição do assentamento, outras foram se integrando e fazendo parte deste núcleo ao longo de seus 26 anos de existência. São famílias errantes de várias partes do país que encontram na Reforma Agrária a construção de uma nova composição do modo de vida (FERRANTE, 2012; GOMES, 2011).

O assentamento Monte Alegre possui 6 núcleos e junto com eles há o Assentamento do Horto de Bueno de Andrade com 31 lotes. O processo de luta deste assentamento, diferentemente do Bela Vista, foi decorrência de desapropriação de terras estatais públicas.

A fazenda Monte Alegre possui em torno de 385 lotes (área) e, deste montante de famílias acampadas originalmente, algumas deixaram os lotes, outras instalaram-se nas agrovilas com a esperança de serem assentadas. Igualmente, destaca-se que o número de famílias aumentou

por agregação de outros parentes às famílias já assentadas, como filhos, tios, cunhados, dentre outros.

Essa constituição dos assentamentos sugere, tomando por análise a história e a trajetória destes sujeitos, que o desenraizamento de suas origens e a constante busca pela terra, tem relações com um “esquecimento temporário” das práticas tradicionais, ou em termos do patrimônio imaterial intangível, das técnicas, das formas, dos usos e costumes típicos adquiridos no cotidiano da vida agrícola. Este esquecimento temporário pela falta de uso dos saberes, toma força e “reavivamento” no momento em que este grupo errante chega à terra de morada, no qual se resgata toda memória fragmentada pelos anos de luta em busca da terra tão prometida. É no contexto dos assentamentos, que estes saberes são resgatados e recriados a partir da prática e reprodução do dia-a-dia, tendo o núcleo familiar como lugar de privilégio para o resgate e renovação deste conhecimento. Ambiente natural de socialização e troca de conhecimentos formais e não formais, tendo um papel significativo nas possibilidades de permanência destes saberes (GOMES, 2011).

Neste sentido, os assentamentos passam a ser compreendidos como locais em que os modos de vida são (re)elaborações de práticas dos trabalhadores nos espaços de sociabilidade. As estratégias de produção/ reprodução social das famílias e as mediações políticas constituídas tornam-se busca constante por permanecer na terra.

Ferrante (2010) e Gomes (2014) salientam que para os assentados, o espaço do assentamento é um lugar de dificuldades, mas que ao mesmo tempo é repleto de esperanças, e neste mesmo espaço são construídas e reconstruídas as histórias individuais e a sociabilidade local. Lugar da troca de experiências, práticas e transformação dos modos de vida, que promovem a ressocialização dos trabalhadores para alternativas jamais previstas e que a criatividade demonstrada pelo grupo de homens e mulheres que “se fazem”, enquanto constroem os assentamentos, dão vida e movimento às especificidades e situações particulares típicas da reforma agrária.

Esta área que representa um ponto de chegada dos assentados, vai aos poucos se transformando em lugar, na medida em que os assentados resgatam as práticas tradicionais, ou aprendem novas formas de viver e fazer no campo. Um dos elementos mais importantes que balizam esse estudo é a contribuição ambiental e a relação mais íntima com a natureza. A opção de muitos pelo cultivo de uma única cultura, ou uso de agrotóxicos passa por uma questão econômica, na perspectiva de sobrevivência e situação subalterna. Isso significa dizer que estar na terra pela condição de assentado significa constantemente trabalhar muito para

receber pouco, devido às inúmeras barreiras encontradas no longo processo da cadeia produtiva (FERRANTE, 2014).

Mas ainda assim, em contextos contraditórios, agricultores e agricultoras mantêm práticas sustentáveis, conservacionistas da biodiversidade, quando comparadas aos monocultivos de grandes commodities agrícolas do país. É a partir desta perspectiva que este trabalho procurou resgatar as relações entre a agroecologia e as práticas dos assentados, no processo de reeducação para uma postura mais sustentável e agroecológica.

Agroecologia, memória, conhecimentos e ervas medicinais

Essa contradição que atinge os agricultores e agricultoras rurais, assim como comunidades tradicionais e povos originários, decorre de uma forma de desenvolvimento rural promovido em países pobres que passam a se caracterizar por marcadas diferenças na organização produtiva, em que há um amplo desaparecimento do setor de subsistência, provocando a subutilização do potencial dos recursos naturais e culturais, ao lado de uma crescente e moderna racionalidade empresarial agrícola, tendo como resultado ainda mais crítico a diminuição da diversidade biótica dos ecossistemas, a partir da uniformização dos cultivos, e, por consequência, das variedades genéticas e degradação progressiva da produtividade dos solos (LEFF, 2009).

Assim, a forma de crescimento econômico adotada pelos países subdesenvolvidos surge das necessidades de expansão do sistema capitalista (especialmente imposta pelos países desenvolvidos), o que favoreceu a introdução de padrões tecnológicos e maneiras de usos e ritmos de exploração dos recursos que provocam o aniquilamento e/ou bloqueio do “florescimento de outras formas de organização social capazes de gerar um processo sustentável de produção e um maior bem-estar para estes povos” (LEFF, 2009, p. 53). Esta agricultura convencional orientada pela Revolução Verde, fundamentalmente consumista, segundo a FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura -, para aumentar a produção de culturas agrícolas, não considera as consequências posteriores sobre o ambiente. Isso se aplica ao cultivo intensivo, à prática da monocultura, ao controle químico de pragas e “ervas daninhas” - muitos deles necessários ao controle biológico, ao uso intensivo de água de poços profundos para a agricultura e à manipulação genética, entre outras práticas da agricultura moderna (GOMES, 2016).

Frente a esta situação, pensar em um paradigma mais sustentável depende especialmente de uma mudança estrutural, que envolva um pensamento cultural, econômico e social aliado ao meio ambiente de maneira mais harmônica.

Neste sentido, a agroecologia se constitui para a agricultura e os modos de vida estabelecidos, buscando contribuir na construção de modos de produção agrícola e extrativista sustentáveis, em suas dimensões ecológico-produtiva, sociocultural, econômico-financeira e energética (Nupedor, construindo elos entre Agroecologia e Comunidades rurais, projeto financiado pelo CNPq, 2018). Isso é facilmente compreendido quando entendemos o objetivo essencial da agroecologia, o qual procura satisfazer os requisitos nutricionais e outras necessidades humanas do presente e das futuras gerações, aumentando a produtividade e a capacidade, com base na regeneração de recursos naturais.

Sob este aspecto, o processo de valorização do conhecimento das mulheres de povos indígenas, tradicionais e agrícolas é parte essencial para superação das práticas convencionais de cultivo, já que é a partir da relação com a comunidade que se resgatam práticas sustentáveis e preservacionistas, ou ainda, que se reeducam os produtores para uma visão mais holística e agroecológica da natureza.

Toledo e Bassols (2015, p. 19) defendem que os povos tradicionais, indígenas, originários ou populações agrícolas possuem o que eles chamam de “memória biocultural”, um acúmulo de memória histórica de conhecimentos da natureza que remonta há 200 mil anos, que representa lugares de morada ou “ecossistemas antropizados nos quais se localizam as áreas ambientalmente conservadas e razão pelas quais muitas delas têm sido destinadas à criação de unidades de conservação”.

Para entender a íntima relação entre as práticas agroecológicas e a percepção orgânica da terra e a natureza das populações tradicionais e agrícolas - essencialmente das mulheres pelo cuidado da família -, é preciso que entendamos a memória histórica acumulada da biodiversidade e dos recursos naturais que estes grupos detêm. Em outras palavras, representam um patrimônio da humanidade e da vida que está se diluindo ou se perdendo, em alguns casos, por conta dos constrangimentos impostos pelo conhecimento cartesiano e produtivista (GOMES, 2016).

O partilhamento da memória, no presente, como visto anteriormente, permite trocas de conhecimentos muitas vezes desenvolvidos individualmente e que podem ser perdidos se não houver o processo de troca.

A memória também permite que os indivíduos se lembrem de eventos passados e ajuda a compreender o presente, fornece elementos para o planejamento do futuro e serve para

reconstruir eventos similares, ocorridos anteriormente, e até mesmo os inesperados, surpreendentes ou mesmo improváveis (TOLEDO, BASSOLS, 2015). Esta memória, por sua vez, vai permitir revelar relações que a humanidade tem estabelecido com a natureza ao longo de sua existência.

Leff (2009), ao empreender um estudo da mediação da cultura e dos processos ecológicos, discute como toda formação social desenvolve-se com seu entorno natural, no qual se criam conjuntos de constructos simbólicos que conectam a memória, a cultura e o meio. Assim, podemos dizer que a transformação dos ecossistemas e racionalidade dos recursos naturais está sempre condicionada por práticas culturais de aproveitamento dos recursos que medeiam as relações entre processos históricos e ecológicos.

Neste processo de transformação dos ecossistemas, a íntima relação com o meio o transforma em lugar de vida e lugar de morada, carregado de símbolos, códigos e memória. O lugar deixa de ser espaço na medida em que os membros de um grupo passam a desenvolver relações de pertencimento e empoderamento com os elementos naturais (TUAN, 1980; MARTINS, 2009; GOMES, 2011).

Se buscarmos, no processo histórico, as relações de modernização, conquista, colonização e integração dos mercados locais aos mundiais, iremos nos deparar com a interrupção do projeto civilizador das culturas pré-capitalistas, camponesas ou tradicionais. No sentido de interrupção do processo de coevolução etnoecológica, dentro das mais variadas condições no seu entorno geográfico e ecológico, ou, em outras palavras, “a natureza como fonte de simbolização e significação da vida, suporte e potencial da riqueza material e espiritual dos povos” (LEFF, 2009, p. 98), perde sentido à medida em que ocorre o avanço das tecnologias no campo interrompendo assim esse ciclo natural e simbiótico de povos tradicionais, indígenas, agrícolas e a natureza. Tal fato ocorre porque os elementos da natureza deixam de ser vistos como parte essencial da vida para transformar-se em matérias-primas desvalorizadas, que alimentarão a acumulação de capital em escala global (GOMES, 2016).

A mulher assentada, neste cenário, diante de suas práticas produtivas, seja no embotado dos quintais, seja nas hortas ou pomares biodiversos, resiste sob a justificativa de sua produção ou trabalho serem considerados não monetários e, portanto, sem preocupação com o grande capital (FERRANTE, 2012). É nestes ambientes que encontramos materializados os saberes e práticas, conservando, assim, a diversidade de espécies, plantas, hábitos culturais e seus usos, que, ao serem ressignificados, são mantidos ao longo das gerações, protegendo, assim, um patrimônio cultural e ambiental incalculável.

Considera-se que esses saberes são e devem ser dinâmicos, para terem sentido para as novas gerações. E é por meio da valorização desse patrimônio, nos ambientes coletivos e de aprendizagem, que eles podem ser renovados e conservados (GOMES, 2011, 2015).

Assim, a “expressão” da personalidade de um povo, como um produto da integração das relações sociais, surge a partir das condições materiais de vida e, nas classes populares, estão intimamente atreladas às manifestações, às crenças, às festas ligadas ao cotidiano e ao trabalho diário ao qual se entregam, a quase todo momento, nas relações da vida com a natureza. No caso das populações assentadas, o processo de desenraizamento constante leva, ao mesmo tempo, a uma desconexão de suas práticas originárias da vida cotidiana com seu patrimônio imaterial, pelos inúmeros processos de acampamento, despejo e transferência para outros locais. No entanto, “ao iniciar uma trajetória de reconstituição de suas vidas, a partir do lote, em terras desconhecidas e, portanto, sem significação prática, simbólica ou afetiva, até então” (MARTINS, 2009, p. 24), reiniciam um processo de adaptação ao meio e aos recursos, levando ao resgate da memória e das práticas sustentáveis anteriormente utilizadas. Mesmo aqueles que vêm da cidade passam a adquirir, pelo contato com o outro ou pela sua própria experiência, relação com a terra.

Por isso, existe a importância e necessidade de espaços, de instrumentos legais, institucionais, comunitários para resgate, manutenção, valorização dos saberes e práticas dos povos e mulheres que são fontes de conservação não só de ambientes naturais, mas também da própria vida neste artigo analisadas sob a perspectiva do conhecimento e uso das ervas medicinais, em especial as listadas a partir do RENISUS- Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao Sistema Único de Saúde-SUS, relacionada nos inventários dos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista.

Sob a análise do conhecimento da importância desta relação entre a biodiversidade e as práticas ligadas ao conhecimento especificamente de ervas medicinais, os documentos legais passam a ser a chave de valorização para difusão e uso correto e efetivo dos saberes das populações tradicionais e agrícolas.

Nesta perspectiva, o Brasil tem feito grandes avanços na legislação referente aos fitoterápicos e usos de ervas medicinais, o que tem demonstrado historicamente esforços para a inclusão dessas plantas no tratamento consorciado ou convencional. Esse processo constitutivo tem o marco em 1973, com a Lei 5991 de controle sanitária do comércio de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos e correlatos, e, em 1981, com a Portaria nº 212, de 11 de setembro de 1981, quando as plantas medicinais passam a ter prioridade no uso clínico. Em 2006 foi lançada a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos pelo

Decreto nº 5.813 e as diretrizes da política foram detalhadas como ações no Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos pela Portaria Interministerial nº 2.960/2008. Outro destaque na direção da prioridade destas plantas nos documentos legais é a RENISUS-Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse do SUS, a qual lista 71 espécies para uso no Sistema único de Saúde; bem como, a RDC nº10, resolução da ANVISA que regulamenta a comercialização das drogas vegetais de venda isenta de prescrição médica destinada ao consumidor final; e a RDC nº17, que dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de medicamentos (BRASIL, 2010).

Em relação ainda ao uso dos medicamentos fitoterápicos e suas práticas de uso podemos destacar a listagem de Damian, Tesser e Motetti-Pires (2013) no quadro abaixo:

Quadro 1: Relação Nacional de Plantas Medicinais.

| Produtos | Documento | Objetivo |
|---------------------------------|--|---|
| Plantas medicinais | Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973 | Controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos e correlatos |
| | Resolução | Diretrizes e prioridades de investigação em saúde, o estudo das plantas medicinais constituía uma das prioridades de investigação clínica |
| | Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006 | Política Nacional de Plantas Medicinais |
| | Renisus | Relação Nacional das plantas medicinais de Interesse ao SUS |
| Droga Vegetal | Resolução RDC nº 10, de 9 de março de 2010 | Notificação de droga vegetal na ANVISA |
| | Resolução RDC nº 267, de 22 de setembro de 2005 | Regulamento Técnico de Espécies vegetais para o preparo de chás |
| | Resolução RDC nº 219, de 22 de dezembro de 2006 | Espécies vegetais e parte(s) de espécies vegetais para o preparo de chás |
| | Resolução RDC nº 17, de 16 de abril de 2010 | Boas Práticas de Fabricação de Drogas Vegetais sujeitas à notificação |
| Fitoterápico manipulado | Resolução RDC nº 67, de 08 de outubro de 2007 | Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em Farmácias |
| | Resolução RDC nº 87, de 21 de novembro de 2008. | Boas Práticas de Manipulação em Farmácias |
| Medicamento fitoterápico | Resolução RDC nº 48, de 16 de março de 2004 | Registro de medicamentos fitoterápicos. |
| | RE nº 90, de 16 de março de 2004 | Guia para os estudos de toxicidade de medicamentos fitoterápicos |
| | RE nº 91, de 16 de março de 2004 | Guia para realização de alteração, inclusões, notificações e cancelamento pós registro de fitoterápicos |
| | Resolução RDC nº 95, de 11 de dezembro de 2008 | Texto de bula de medicamentos fitoterápicos. |
| | Instrução normativa nº 05, de 11 de dezembro de 2008 | Lista de medicamentos fitoterápicos de registro simplificado |
| | Instrução normativa nº 05, de 31 de março de 2010 | Lista de referências bibliográficas para avaliação de segurança, eficácia de medicamentos fitoterápicos |

| | | |
|--------------------------------------|---|--|
| | Resolução RDC nº 14, de 31 de março de 2010 | Registro de medicamentos fitoterápicos (atual) |
| | Resolução RDC nº 17, de 16 de abril de 2010 | Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos (inclui parte específica de medicamentos fitoterápicos) |
| | Portaria GM/MS nº 533, de 28 de março de 2012 (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais) | Elenco de fitoterápicos na Atenção Básica: alcachofra (<i>Cynara scolymus</i> L.), aroeira (<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi), babosa (<i>Aloe vera</i> (L.) Burm. F.), cáscara-sagrada (<i>Rhamnus purshiana</i> DC.), espinheira-santa (<i>Maytenus officinalis</i> Mabb.), guaco (<i>Mikania glomerata</i> Spreng.), garra-do-diabo (<i>Harpagophytum procumbens</i>), hortelã (<i>Mentha x piperita</i> L.), isoflavona-de-soja (<i>Glycinemax</i> L.) Merr.), plantago (<i>Plantago ovata</i> Forssk.), salgueiro (<i>Salix alba</i> L.), unha-de-gato (<i>Uncaria tomentosa</i> (Willd. ex Roem. & Schult.)) |
| Serviço de Fitoterapia no SUS | | |
| Farmácia Viva | Portaria nº 886, de 20 de abril de 2010 | Farmácia Viva no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) |
| | Resolução RDC nº 18, de 3 de abril de 2013 | Boas práticas de processamento e armazenamento de plantas medicinais, preparação e dispensação de produtos magistrais e oficinais de plantas medicinais e fitoterápicos em farmácias vivas no SUS |
| | Lei nº 13.021, de 08 de agosto de 2014 – | Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas |
| | Instrução normativa ANVISA nº 02, de 13 de maio de 2014 | Publica a “Lista de medicamentos fitoterápicos de registro simplificado” e a “Lista de produtos tradicionais fitoterápicos de registro simplificado”. |
| | RDC nº 21, de 25 de abril de 2014 | Dispõe sobre a fabricação e comercialização de produtos da Medicina Tradicional Chinesa (MTC) (Prazo de vigência da norma prorrogado por dois anos pela Resolução RDC nº 152, de 26 de abril de 2017) |
| | RDC nº 26, de 13 de maio de 2014 | Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. |
| Legislação recente | Resolução cff nº 611, de 29 de maio de 2015 | Dispõe sobre as atribuições clínicas do farmacêutico no âmbito da fitoterapia, e dá outras providências. |
| | Instrução normativa ANVISA nº 11 de 29 de setembro de 2016 | Dispõe sobre a lista de medicamentos isentos de prescrição. |
| | RDC nº 98, de 01 de agosto de 2016 | Dispõe sobre os critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e o reenquadramento como medicamentos sob prescrição, e dá outras providências. |
| | Portaria MS/GM nº 02, de 28 de setembro de 2017 | Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde |
| | Portaria MS/GM nº 702, de 21 de março de 2018 | Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC |
| | Lei nº 16.660, de 12 de janeiro de 2018 | Dispõe sobre a regulamentação das atividades das farmácias no âmbito de sua atuação. |
| | Resolução CFN nº 680, de 19 de janeiro de 2021 | Regulamenta a prática da fitoterapia pelo nutricionista e dá outras providências. |

Fonte: as autoras.

Este processo de constituição dos documentos legais pode ser considerado uma conquista para as práticas de usos e produção tanto das ervas como da fitoterapia, primeiro por ser analisada como um campo de interação de saberes e práticas que valoriza tanto os recursos culturais, saberes e práticas locais como a preservação da biodiversidade seus recursos integrando os seres com a natureza. Segundo, por poder resgatar e criar uma sensibilização com profissionais da equipe de saúde, no campo das possibilidades terapêuticas “autônomas e heterônomas” (DAMIAN, TESSER, MORETTI-PIRES, 2013).

Em outra perspectiva, para as comunidades locais produtoras como as mulheres assentada, pode contribuir, para fortalecimento de identidades, associações, geração de empregos e renda “assim, os saberes leigos, populares e tradicionais podem ser vistos como uma possibilidade de conhecimento prévio para o profissional da saúde e neste caminho o princípio que orientará “as relações de cuidado deve ser a solidariedade, a reciprocidade, o respeito e a valorização mútua” (DAMIAN, TESSER, MORETTI-PIRES, 2013).

No processo de levantamento e inventário dos lotes, discutindo-se junto a várias lideranças dos assentamentos trabalhados apresentou-se como eixo analítico importante a necessidade de usos e aprofundamento dos conhecimentos sobre as ervas medicinais. Nesta dimensão, encontramos um caminho de geração de trabalho e renda a partir das vendas das ervas medicinais de interesse do SUS- Sistema único de Saúde.

Desta maneira, visitou-se lotes nos quais foram realizados um inventário da produção das ervas medicinais, que serão apresentadas posteriormente.

Descrição do levantamento de dados

A metodologia utilizada no desenvolvimento do presente trabalho organizou-se em dois momentos. O primeiro, de maneira remota, com o levantamento bibliográfico sobre as publicações legais da RENISUS e a metodologia bola de neve para levantamento dos lotes participantes da pesquisa. Nesta fase, as próprias lideranças apontaram os nomes de produtores que produziam e/ou praticavam o uso de ervas medicinais. No segundo momento foram realizadas visitas técnicas para levantamento dos inventários por meio de resposta de questionário e observação de campo.

Os lotes integrantes dos inventários apresentados nesta pesquisa foram selecionados através de parcerias com produtores rurais assentados e das experiências anteriores de capacitação, nas quais, os participantes interessados na temática poderiam integrar-se no levantamento dos inventários. A partir deste momento, iniciou-se a etapa de elaboração de um

diagnóstico do público alvo, relevante para o dimensionamento das atividades a serem propostas, contando com elementos como: interesse na adoção de práticas agroecológicas, conhecimentos, produção e usos de ervas medicinais.

A partir da metodologia de bola de neve, as lideranças indicaram possíveis lotes que poderiam se enquadrar na pesquisa, com indicação, a princípio, de lotes com produção e perfil relacionado ao tema – ervas medicinais nos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista, iniciando-se assim o trabalho de campo.

Nestas etapas foram realizados os inventários da produção das ervas medicinais conforme o interesse e indicação da RENISUS. Foram realizadas visitas em 14 lotes dos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista, dos quais, 5 lotes no primeiro e 9 lotes no segundo. Destes lotes visitados, em 7 lotes foram encontradas ervas medicinais e inventariados através de visita, registro fotográfico, cadernos de campo e formulários.

A partir do inventário, as ervas produzidas pelos assentados (as) foram classificadas em tabela e relacionadas com aquelas de interesse do SUS- Sistema único de Saúde. Vale salientar uma particularidade no perfil dos produtores e produtoras destes lotes que mostraram práticas mais sustentáveis em relação ao manejo agrícola, seja para melhorar aspectos produtivos, inserindo a perspectiva agroecológica na produção, seja na diminuição do uso de veneno ou na alimentação mais saudável e no uso de remédios mais naturais. Ainda, percebeu-se pela organização deste grupo inventariado um grande interesse de realizar o processamento mínimo das ervas para formalizar a comercialização.

Resultados e discussões

Com relação ao perfil geral dos lotes inventariados, todos apresentam diversificação agrícola e vários tipos de produção de ervas medicinais. Nestes lotes foram levantadas as ervas existentes e tipos de manejos realizados. Além dos registros de ervas de interesse do Sus foi possível ainda listar uma infinidade de outros temperos e ervas utilizadas pelas assentadas e assentados.

Da relação de plantas de interesse do SUS (BRASIL, 2021) descrita no quadro 2 abaixo, foram encontradas quase todas as ervas nos assentamentos, com destaque ainda para a diversidade de várias outras espécies não listadas. Com o objetivo de verificar estas espécies e suas utilizações pelos assentamentos destacamos a lista oficial e posteriormente o inventário de cada lote com os usos feitos pelos representantes de cada lote.

Quadro 2: Relação de Plantas Medicinais do RENISUS

| RENISUS – Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS Espécies vegetais | | | | |
|---|---|--|----|---|
| 1 | <i>Achillea millefolium</i> | | 37 | <i>Lippia sidoides</i> |
| 2 | <i>Allium sativum</i> | | 38 | <i>Malva sylvestris</i> |
| 3 | <i>Aloe</i> spp* (<i>A. vera</i> ou <i>A. barbadensis</i>) | | 39 | <i>Maytenus</i> spp* (<i>M. aquifolium</i> ou <i>M. ilicifolia</i>) |
| 4 | <i>Alpinia</i> spp* (<i>A. zerumbet</i> ou <i>A. speciosa</i>) | | 40 | <i>Mentha pulegium</i> |
| 5 | <i>Anacardium occidentale</i> | | 41 | <i>Mentha</i> spp* (<i>M. crispa</i> , <i>M. piperita</i> ou <i>M. villosa</i>) |
| 6 | <i>Ananas comosus</i> | | 42 | <i>Mikania</i> spp* (<i>M. glomerata</i> ou <i>M. laevigata</i>) |
| 7 | <i>Apuleia ferrea</i> = <i>Caesalpinia ferrea</i> * | | 43 | <i>Momordica charantia</i> |
| 8 | <i>Arrabidaea chica</i> | | 44 | <i>Morus</i> sp* |
| 9 | <i>Artemisia absinthium</i> | | 45 | <i>Ocimum gratissimum</i> |
| 10 | <i>Baccharis trimera</i> | | 46 | <i>Orbignya speciosa</i> |
| 11 | <i>Bauhinia</i> spp* (<i>B. affinis</i> , <i>B. forficata</i> ou <i>B. variegata</i>) | | 47 | <i>Passiflora</i> spp* (<i>P. alata</i> , <i>P. edulis</i> ou <i>P. incarnata</i>) |
| 12 | <i>Bidens pilosa</i> | | 48 | <i>Persea</i> spp* (<i>P. gratissima</i> ou <i>P. americana</i>) |
| 13 | <i>Calendula officinalis</i> | | 49 | <i>Petroselinum sativum</i> |
| 14 | <i>Carapa guianensis</i> | | 50 | <i>Phyllanthus</i> spp* (<i>P. amarus</i> , <i>P. niruri</i> , <i>P. tenellus</i> e <i>P. urinaria</i>) |

| | | | |
|----|--|----|--|
| 15 | <i>Casearia sylvestris</i> | 51 | <i>Plantago major</i> |
| 16 | <i>Chamomilla recutita</i> = <i>Matricaria chamomilla</i> = <i>Matricaria recutita</i> | 52 | <i>Plectranthus barbatus</i> = <i>Coleus barbatus</i> |
| 17 | <i>Chenopodium ambrosioides</i> | 53 | <i>Polygonum</i> spp* (<i>P. acre</i> ou <i>P. hydropiperoides</i>) |
| 18 | <i>Copaifera</i> spp* | 54 | <i>Portulaca pilosa</i> |
| 19 | <i>Cordia</i> spp* (<i>C. curassavica</i> ou <i>C. verbenacea</i>)* | 55 | <i>Psidium guajava</i> |
| 20 | <i>Costus</i> spp* (<i>C. scaber</i> ou <i>C. spicatus</i>) | 56 | <i>Punica granatum</i> |
| 21 | <i>Croton</i> spp (<i>C. cajucara</i> ou <i>C. zehntneri</i>) | 57 | <i>Rhamnus purshiana</i> |
| 22 | <i>Curcuma longa</i> | 58 | <i>Ruta graveolens</i> |
| 23 | <i>Cynara scolymus</i> | 59 | <i>Salix alba</i> |
| 24 | <i>Dalbergia subcymosa</i> | 60 | <i>Schinus terebinthifolius</i> = <i>Schinus aroeira</i> |
| 25 | <i>Eleutherine plicata</i> | 61 | <i>Solanum paniculatum</i> |
| 26 | <i>Equisetum arvense</i> | 62 | <i>Solidago microglossa</i> |
| 27 | <i>Erythrina mulungu</i> | 63 | <i>Stryphnodendron adstringens</i> = <i>Stryphnodendron barbatimam</i> |
| 28 | <i>Eucalyptus globulus</i> | 64 | <i>Syzygium</i> spp* (<i>S. jambolanum</i> ou <i>S. cumini</i>) |
| 29 | <i>Eugenia uniflora</i> ou <i>Myrtus brasiliiana</i> * | 65 | <i>Tabebuia avellanedeae</i> |
| 30 | <i>Foeniculum vulgare</i> | 66 | <i>Tagetes minuta</i> |

| | | | | |
|----|---|--|----|---|
| 31 | <i>Glycine max</i> | | 67 | <i>Trifolium pratense</i> |
| 32 | <i>Harpagophytum procumbens</i> | | 68 | <i>Uncaria tomentosa</i> |
| 33 | <i>Jatropha gossypifolia</i> | | 69 | <i>Vernonia condensata</i> |
| 34 | <i>Justicia pectoralis</i> | | 70 | <i>Vernonia spp*</i> (<i>V. ruficoma</i> ou <i>V. polyanthes</i>) |
| 35 | <i>Kalanchoe pinnata = Bryophyllum calycinum*</i> | | 71 | <i>Zingiber officinale</i> |
| 36 | <i>Lamium álbum</i> | | | |

Fonte: DAF/SCTIE/MS – RENISUS – fev., 2009.

Os primeiros inventários a serem apresentados tratam de lotes dos núcleos do Assentamento Monte Alegre, salientando que em seus quase 400 lotes distribuídos em VI núcleos, apresentaram maior número de núcleos com produção e uso de ervas medicinais. Dos 5 lotes visitados neste assentamento apenas em um não havia registro de ervas por parte da (o) titular do lote, mesmo havendo muitas espécies das descritas na RENISUS.

Além disso, a maior parte do interesse, produção, consumo e uso vem do registro das mulheres, fato decorrente de toda esta diversidade ser decorrente da valorização de conhecimentos advindos de avós, bisavós ou outras mulheres que usavam chás ou um tipo de erva de outra região do país e, no embolado de espécies em seus quintais e cultivos, conservados como práticas cotidianas e saberes tradicionais.

Neste sentido, o primeiro inventário destacado possui 9 ervas com registro de prática de uso que vai desde gripe à reposição hormonal esclarecendo-se que o conhecimento, não advém apenas de outras gerações, mas da prática de uso. A eficiência de uso de tais ervas pode ser verificada também na literatura científica, por exemplo, o saião com nome científico de *Bryophyllum calycinum* é descrito como função de antiúlcera gástrica. Exatamente a mesma usada pela descrição da titular do lote 83, conforme o quadro 3 abaixo:

Quadro 3: Ervas e usos do inventário do lote 83 –
Assentamento 6, Monte Alegre; Araraquara.

| Erva inventariada | Utilização prática pela assentada (o) |
|--------------------------|--|
| Hortelã | Gripe, dores de barriga |
| Saião | Dores de estômago, úlcera |
| Penicilina | Antiviral, gripe, analgésico |
| Tanchagem | Gripe, infecções da pele |
| Menta | Imunidade |
| Açafrão da Terra | Imunidade |
| Alfavacão | Gripe, resfriado |
| Amora | Repositor hormonal |
| Erva Doce | Digestivo |

Fonte: elaborado pelas autoras.

A assentada responsável pelas ervas medicinais deste lote destaca que tem poucas ervas no momento, mas gosta muito de se cuidar e cuidar da família usando as ervas medicinais e também uma alimentação funcional e preventiva. A constante prática histórica de delegação à mulher dos cuidados da saúde da família, leva sempre as agricultoras a garantirem um espaço de produção destinado às ervas medicinais. Ela ainda relata cozinhar com sementes funcionais, tais como chia e linhaça, além de semear e colher de sua horta. Usa muito inhame e gengibre como preventivos, fortalecendo o sistema imunológico, junto com as hortelãs, para problemas no estômago usa saião, para o fígado boldo, e tem penicilina, que usa para gripes e dores.

Em outro lote, de número 10 do assentamento Monte Alegre encontra-se uma diversidade ainda maior de ervas registradas no RENISUS, no entanto com duas delas com produção, não para uso fitoterápico, o abacaxi e a salsa, certamente porque devem ser tratadas como culturas

para comercialização. Como na fala de uma assentada que aponta que muitas vezes a produção em canteiro de ervas tem que manter itinerância, já que competir com o espaço de produção masculinizado e de valor comercial, acaba levando a mulher a ceder espaço. A própria fala desta assentada remete a esta abordagem: “as vezes “tô” plantando aqui, mas o *José Maria* resolve plantar alguma coisa e eu mudo um pouquinho mais pra lá, pra cá” (Caderno de campo 26/08/20). O interessante é que mesmo com a transferência de áreas, a produção contínua.

Apesar da declaração de não uso para fim medicinal de algumas ervas registradas de interesse do SUS, muitas outras ervas são usadas com diferentes finalidades para cura de doenças e feridas. Como pode ser notado no quadro 4:

Quadro 4: Ervas e usos do inventário do lote 10 –
Assentamento 5, Monte Alegre; Motuca.

| Erva inventariada | Utilização prática pela assentada (o) |
|-------------------|---------------------------------------|
| Alho | Gripe imunidade |
| Babosa | Cicatrizante |
| Abacaxi | Não usa como medicinal |
| Salsa | Não usa como medicinal |
| Carqueja | Fígado, digestivo |
| Picão Preto | Coceira |
| Açafrão da Terra | Imunidade |
| Alfavaca | Dores no corpo, resfriado |
| Arnica | Dores musculares |
| Erva doce | Dor na barriga, digestivo |

Fonte: elaborado pelas autoras.

No quarto lote inventariado, de número 25, das ervas com utilização pela assentada e

pela família da mesma, merece destaque: erva doce, açafraão da terra e picão, que são descritas respectivamente, com uso para problemas digestivos, dores na barriga; para aumentar a imunidade, coceira ou problemas na pele. Praticamente em todos os lotes inventariados existe o mesmo uso descrito e sua finalidade. O quadro 5 destaca estas práticas e as outras ervas utilizadas dentro do lote pela família.

Quadro 5: Ervas e usos do inventário do lote 25, Monte Alegre.

| Erva inventariada | Utilização prática pela assentada(o) |
|--------------------------|---|
| Babosa | Cicatrizante |
| Alpinia | Não usa como medicinal |
| Carqueja | Fígado, digestivo |
| Picão Preto | Coceira |
| Mastruz | Verme, gripe, micose |
| Açafraão da Terra | Imunidade |
| Menta | Imunidade, gripe |
| Melão de São Caetano | Cicatrizante, diabetes |
| Alfavaca | Resfriado |
| Boldo | Fígado |
| Arnica | Dores musculares |
| Erva Doce | Digestivo |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Neste assentamento ainda foram visitados mais dois lotes sem registro de ervas medicinais, em um deles, a titular não hesitou em destacar a intenção de produzi-las. No que se refere propriamente ao assentamento Bela Vista do Chibarro, foram visitados 9 lotes e

somente 4 com registros de inventários de ervas medicinais. Destes lotes que produzem ervas todos têm SAF- Sistema agroflorestal com as medicinais entrelaçadas a este sistema. A foto 1 demonstra como a produção é feita de maneira embolada às árvores e a cultura destinada à comercialização:



Foto 1: Erva Cidreira entrelaçada ao SAF-Sistema Agroflorestal.

No primeiro lote inventariado, de número 51, foram descritas 10 ervas medicinais usadas regularmente pela titular, com exceção do abacaxi. Nas práticas descritas destaca-se especialmente babosa, quebra-pedra, arnica. A babosa descrita como cicatrizante, quebra-pedra utilizada para os rins e arnica para dores musculares. Esta última é muito comum encontrá-la em uma mistura de álcool com as folhas e espinheira santa como medicamento para pancadas e quedas. Abaixo, encontra-se o inventário das ervas medicinais encontradas no lote 51 (Quadro 6).

Quadro 6: Ervas e usos do inventário do lote 51 Bela Vista.

| Erva inventariada | Utilização prática pela assentada (o) |
|--------------------------|--|
| Babosa | Cicatrizante |
| Abacaxi | Não usa como medicinal |
| Carqueja | Fígado, digestivo |

| | |
|------------------|------------------|
| Picão Preto | Sistema urinário |
| Açafrão da Terra | Imunidade |
| Alecrim Pimenta | Fungo |
| Boldo da Terra: | Fígado |
| Espinheira Santa | Digestivo |
| Maracujá | Calmanete |
| Quebra Pedra | Rins |
| Jurubeba | Digestivo |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Já no lote 125 do Bela Vista, além das ervas descritas no inventário a partir da listagem do SUS, a titular ainda apresentou uma série de outras ervas com utilização medicinal. Entre estas destaca-se o Ipê Roxo do qual se faz uso da casca para fazer remédios para úlcera na perna, o uso é feito a partir de compressas do chá da casca. Além deste, fazem uso da folha de graviola para fazer chás. Segundo a assentada são "duas plantas que curam até câncer" (Caderno de campo, setembro, 2020).

Outro registro ainda muito interessante e comum no assentamento é o da *ora pro nobis* que além de utilizar em salada como alimento refogado e reconhecido como fonte de proteína. As ervas inventariadas com usos segundo o inventário de interesse do SUS estão no quadro abaixo:

Quadro 7: Ervas e usos do inventário do lote 125 - Assentamento Bela Vista.

| Erva inventariada | Utilização prática pela assentada (o) |
|--------------------------|--|
| Babosa | Cicatrizante |
| Carqueja | Para o fígado, digestivo |

| | |
|------------------|------------------|
| Picão Preto | Coceira |
| Açafrão da Terra | Imunidade |
| Menta | Imunidade |
| Quebra Pedra | Para os rins |
| Arnica | Dores musculares |

Fonte: elaborado pelas autoras.

No sexto inventário realizado há maior números de ervas medicinais registradas, 27, a maioria com registro de uso. Apenas 6 delas não foram identificadas como ervas medicinais apesar da produção- abacaxi, abacate, maracujá, salsa, goiaba e aroeira. Coincidentemente são todas de valor comercial, destinadas ou para venda ou apenas como alimento. Ainda foi possível registrar macela no campo, além de urucum processado para venda.

Ainda há o uso do tronco do Ipê Roxo, do qual se utiliza a casca da árvore para fazer chás, que ajudam a cicatrização de feridas e curar inflamações ligadas à circulação. Na Foto 2, é possível identificar até as raspagens da casca, evidenciando a frequência de uso.



Foto 2: Casca de Ipê roxo.

Neste lote, com o maior registro de ervas medicinais, ainda foram encontradas muitas outras ervas cultivadas como: erva doce de folha larga, saião, anador, erva de Santa Maria, boldo, capim santo, novalgina e cana do brejo. Podemos verificar esta diversidade no quadro 8:

Quadro 8: Ervas e usos do inventário do lote 90 Assentamento Bela Vista.

| Erva inventariada | Utilização prática pela assentada (o) |
|--------------------------|--|
| Alho | Gripe e vermes |
| Babosa | Cicatrizante |
| Abacaxi | não usa como medicinal |
| Carqueja | Fígado, digestivo |
| Mastruz | Bronquite, verme, gripe, micose |
| Açafrão da Terra | Imunidade |
| Alecrim Pimenta | Fungo |
| Cana do Brejo | Anti-inflamatório, diurético |
| Menta | Gripe |
| Guaco | Tosse, dor de garganta |
| Alfavaca | Gripe, resfriado |
| Abacate | não usa como medicinal |
| Maracujá | não usa como medicinal |
| Salsa | não usa como medicinal |
| Goiaba | não usa como medicinal |
| Aroeira | não usa como medicinal |
| Quebra Pedra | Rins |

| | |
|----------------|---|
| Arnica | Dores musculares |
| Boldo da Terra | Ásia, digestivo |
| Eucalipto | Pulmão |
| Erva Doce | Digestivo, calmante |
| Anador | Dores em geral |
| Saião | Dores de estômago, cicatrizante, úlcera |
| Jurubeba: | Anemia, digestivo |
| Ipê Roxo | Úlcera, inflamação |
| Boldo Baiano | Estômago |
| Gengibre | Imunidade |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Em outro lote, com 10 ervas registradas e com práticas diferentes de uso, destacamos a espinheira-santa que é um dos primeiros fitoterápicos no SUS, já que a promoção do acesso aos medicamentos fitoterápicos, com a disponibilização pelas secretarias estaduais e municipais de saúde foi por meio da *Maytenus ilicifolia* (espinheira-santa), empregada no tratamento de úlceras e gastrite. Conforme o uso popular descrito pela assentada (o) deste lote. A grande importância da inserção desta erva e do conhecido popularmente como Guaco levou ao desenvolvimento em 2008, pelo Governo Federal do Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, passando a garantir à população acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e de fitoterápicos.

Neste lote ainda, foi descrita a goiaba não apenas como alimento, mas também como uso medicinal para cólicas e diarreia. O quadro 9 mostra a utilização destas ervas pela assentada (o) do lote:

Quadro 9: Ervas e usos do inventário do lote 116 - Assentamento Bela Vista.

| Erva inventariada | Utilização prática pela assentada (o) |
|--------------------------|--|
| Babosa | Cicatrizante |
| Pata de Vaca | Diabetes |
| Espinheira Santa | Azia, queimação, dor estômago |
| Menta | Imunidade |
| Melão de São Caetano | Diabetes e feridas |
| Goiaba | Cólica e diarreia |
| Boldo da Terra | Digestivo |
| Saião | Dores de estômago |
| Arnica | Dor muscular |
| Barbatimão | Queimaduras e feridas |

Fonte: elaborado pelas autoras.

No último lote inventariado, além da listagem das ervas do RENISUS, foi destacado pelo casal de assentados, o uso da imburana, para fazer chás, que descreveram como úteis para fraqueza física, cólicas intestinais e problemas respiratórios.

Além disso, reservam uma área, para cultivo cercada por tela, as plantas medicinais, que segundo eles é um cultivo "orgânico". A mulher destaca que hoje não tem tantas que já teve mais, em sua fala: "já teve mais planta fia, agora tem pouca coisa, mas se a gente precisa de remédio, vai atrás, uma mudinha aqui, outra ali, por aqui (no assentamento) a gente sempre acha, melhor do que os remédios da farmácia, cura uma coisa e faz sofrer outra" (Caderno de Campo, outubro de 2020). O quadro abaixo demonstra a prática e ervas encontradas no lote:

Quadro 10: Ervas e usos do inventário do lote 19 - Assentamento Bela vista.

| Erva inventariada | Utilização prática pela assentada (o) |
|--------------------------|--|
| Babosa | Cicatrizante; |
| Carqueja | Fígado, digestivo; |
| Arnica | Dor muscular |
| Açafrão da Terra | Imunidade |
| Menta | Imunidade |
| Boldo da Terra | Fígado |
| Romã | Não usa como medicinal |
| Goiaba: | Não usa como medicinal |
| Abacate: | Não usa como medicinal |
| Arruda | Não usa como medicinal |
| Aroeira | Não usa como medicinal |
| Erva Doce | Digestivo |
| Anador | Dores em geral |
| Boldo Baiano | Ressaca, estômago |
| Guaco | Tosse, dor de garganta |
| Saião | Rins |
| Losana | Estômago |
| Bálsamo | Estômago, úlcera |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Em todos estes lotes inventariados com ervas medicinais e com uso prático houve uma relação direta entre as práticas de cultivo das medicinais com a conservação do meio ambiente, do solo e ao não uso ou baixa utilização de agrotóxicos. A observação dos lotes e as práticas dos assentados e assentadas podem servir para compreensão de como o uso de ervas medicinais podem estar associadas não apenas à saúde, mas às práticas de cultivo e criação, que ampliam um universo de possibilidades naturais para combater pragas, bem como aumentar a produtividade e melhorar os cuidados dos animais associados às estas ervas.

Um universo de possibilidades, um campo a ser explorado e a ser incentivado pela sua diversidade e por garantir práticas mais sustentáveis e que acontecem geralmente no ambiente do quintal, do embolado, do pomar e no SAF colocando especialmente as mulheres em um patamar de difusoras e conservadoras de espécies.

Considerações Finais

A memória, quando utilizada, se torna saber prático e, quando compartilhada, um saber coletivo. O avanço das práticas de usos de veneno e todos os químicos, difundidos pela lógica convencional de mercado, leva estes agricultores e agricultoras a um processo de esquecimento e perda do empoderamento de sua vida, de sua relação simbiótica com a natureza, resultando, desta forma, em extinção de práticas, espécies e conhecimento.

Processo elaborado na relação das assentadas com as ervas medicinais visualizado pelo cuidado com as plantas medicinais e pela sua valorização como prática da vida.

Por isso, a importância e necessidade de espaços, de instrumentos legais, institucionais, comunitários para resgate, manutenção, valorização do uso de espécies e plantas naturais que nos saberes e práticas dos povos tradicionais e das agricultoras têm sua conservação e difusão não só nos ambientes naturais, mas também como parte de um recurso necessário à vida.

De um lado, a presença marcante da diversidade de espécies medicinais presente nos lotes analisados parte do princípio de valorização que se estabelece nos saberes, especialmente de mulheres assentadas, as quais através do uso cotidiano das plantas para chás, como repelentes agrícolas e cuidados com a criação, resgatam e mantêm o ciclo da vida através da multiplicidade, da ausência de veneno, de alopatis sintéticas. Em outra dimensão pode-se verificar os esforços legais do Sistema Único Brasileiro, que cientificamente vem proporcionando a toda população, soluções e busca pela validação do uso das plantas

medicinais, angariando esforços para ampliação dos usos dos fitoterápicos em consorciamento aos alopáticos. A intervenção do SUS tem, pois, influência direta na continuidade e intensificação das práticas e usos das ervas medicinais.

Valorizar este tipo de conhecimento implica em assumir uma forma de resistência que permite revelar um universo de relações entre saberes e agroecologia, seja pela forma diferenciada de protagonismo das assentadas na execução e conservação de tais práticas sustentáveis expressas na valorização das ervas medicinais como prática da vida e de solução de problemas decorrentes da saúde.

Tais conhecimentos são compartilhados e matizados no seio familiar, na comunidade e no meio em que estão inseridos. Além disso, em cada casa e em cada lote, realizam-se atividades, ações, ritmos próprios e específicos, que conferem aos saberes sua própria particularidade.

Gerados no seio da casa e da unidade familiar são importantes, pois, ao serem socializados nos espaços vividos, são validados a partir da troca de experiências, o que reforça a construção de uma identidade obtida pelo pertencimento a um determinado grupo cultural ou étnico. Em termos de patrimônio, representam a manutenção de saberes deixados por gerações antepassadas, que conseguem-se manter viva pelo processo de ressignificação continuada.

A permanência da sabedoria tradicional ao longo dos tempos é, na situação analisada, valorizada pela intervenção do SUS, a qual de certa forma insere as ervas medicinais na maneira científica de lidar com a saúde, interferência expressa na valorização, de forma ainda que consorciada do uso destas ervas e da perspectiva de uma reeducação dirigida a uma visão mais agroecológica da natureza.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plantas de Interesse ao SUS**. Brasília, 2013a. Disponível em: Acesso em: Jan de 2021.

_____. Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) no 10 de 09 de março de 2010. Notificação de drogas vegetais. Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2010.

_____. Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) no 26 de 13 de maio de 2014. Registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2014.

DAMIAN, G. A.; TESSER, C. D.; MORETTI-PIRES, R. O. Contribuições das plantas medicinais para o cuidado e a promoção da saúde na atenção primária. *Interface*, Botucatu, v. 17, n. 46, 2013.

FERRANTE, V. L. S. B. *Assentamentos Rurais e Desenvolvimento: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo) – Projeto financiado pelo CNPq com bolsa produtividade IA. 2007-2010.*

_____. Os assentamentos rurais sob a perspectiva de gênero: divisão sexual do trabalho e políticas públicas em análise. *Projeto CNPQ*, 2010.

_____. Da invisibilidade ao protagonismo: relações de gênero nos assentamentos, nos projetos de desenvolvimento sustentável e nos territórios da cidadania. *Relatório técnico-científico*, CNPq, 2014.

_____ et al. Mulheres assentadas na região central do estado de São Paulo: apresentando dados de pesquisas. In: 17º ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 2012, João Pessoa. *Anais...*, 2012.

GOMES, T. P. S.; FERRANTE, V. L. S. B. O multiculturalismo, movimentos sociais e educação do campo. In: VII JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 2015, Campinas. *Anais...* Campinas, 2015.

_____. Redes de Associação e Sociabilidade nos assentamentos rurais de Araraquara- SP a partir da atualização de perfil. In: SIMPÓSIO REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS, 2010, Araraquara. *Anais...* — CD-ROM, 2010.

_____. Saberes, memórias e tradição: estudo em Assentamentos de Reforma Agrária de Araraquara-SP. In: XXVII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 2011, Recife. *Anais...* 2011.

_____. Do veneno às borboletas do campo: estudo de saberes agroecológicos em assentamentos de reforma agrária. *Retratos de Assentamentos Rurais*, v. 1, p. 1, 2016.

_____. et al. Políticas públicas entre eficácias, equívocos e omissões: um retrato em duas regiões do Estado. *Retratos de Assentamentos*, v. 15, p. 157-186, 2012.

LEFF, E. *Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis. Vozes, 2009.

MARTINS, V. S. *Lugar de Morada: a constituição do viver de famílias rurais no contexto de assentamento da Reforma Agrária*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TOLEDO, V. M.; BASSOLS, N.B. *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TUAN, Y. F. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio Ambiente*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.